

**UMA EXPERIÊNCIA ESCOLAR FLUMINENSE:  
HISTÓRIAS E NARRATIVAS DO I PROGRAMA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO (1983-1987)**

**Lia Ciomar Macedo de Faria<sup>1</sup>  
Rosemaria Josefa Vieira da Silva<sup>2</sup>**

**Resumo**

O presente artigo busca recuperar narrativas e testemunhos acerca dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no período de implantação do I Programa Especial de Educação - I PEE (1983-1987). Para tal, nos ancoramos em um conjunto de narrativas (matérias publicadas em periódicos de grande circulação e em documentos e materiais produzidos para o professorado atuante naquelas unidades escolares), apontando ainda para outras *falas* que ajudam a compor a nossa reflexão: relatos de professores, relatórios e por fim a literatura existente sobre o tema. Portanto, nosso trabalho evidencia também as tensões que permeavam a tessitura política que circundava o governado de Brizola, no momento de sua posse em março de 1983 e durante o seu mandato.

**Palavras-chave:** história da educação fluminense, magistério e CIEPs.

**A SCHOOL EXPERIENCE FLUMINENSE:  
STORIES AND NARRATIVES OF THE SPECIAL EDUCATION PROGRAM I (1983-1987)**

**Abstract**

This article seeks to narratives and testimonies about the Integrated Centers of Public Education (CIEP) in the period of implementation of the Special Education Program I - I PEE (1983-1987). To this end, we anchored in a set of narratives (stories published in journals of wide circulation and documents and materials produced for teachers acting in those school units) and point to other discourses that help make our reflection: reports of teachers, reports and finally the literature on the subject. Therefore, our study also highlights the tensions that permeated the fabric surrounding the political Brizola ruled at the time of his inauguration in March 1983 and during his tenure.

**Key-words:** history of education in Rio de Janeiro, professorship and CIEPs

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da UERJ. Pós-doutora em Educação pela Universidade de Lisboa (2012) e em Ciência Política pelo IUPERJ (2008), doutora em Educação (UFRJ/1996).

<sup>2</sup> Pedagoga com Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

## **UMA EXPERIÊNCIA ESCOLAR FLUMINENSE: HISTÓRIAS E NARRATIVAS DO I PROGRAMA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO (1983-1987)**

### **Introdução**

Ditadura e democracia são fenômenos estranhamentos próximos em nossa história. Eles se cruzam, se entrelaçam, se opõem, mas muitas vezes se articulam, se combinam, se completam, estabelecendo um diálogo muito particular e muito característico de nossa história política. Nós somos, é claro, produto da forma específica com que esses dois fenômenos históricos de conjugaram ao longo dos últimos 100 anos. Nossa democracia tem fortes traços autoritários e excludentes – patrimonialismo, clientelismo, racismo – e sempre conviveu e gerou características de exclusão do poder de amplos contingentes da população brasileira. Por outro lado, alguma institucionalidade, algum apoio popular (Bacelar, 2005, p. 153).

O presente artigo busca desvelar o cenário político educacional que viu emergir o I Programa Especial de Educação (I PEE) e a implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Rio de Janeiro na década de 1980. Buscamos ainda destacar alguns pontos importantes de tal empreendimento educativo, como o contexto vivido pelos fluminenses naquele período em meio a transição para a democracia e ainda como se estruturava o pensamento educacional que dá vida ao projeto capitaneado pelo governador Leonel de Moura Brizola e gestado pelo antropólogo Darcy Ribeiro. Nossa investigação privilegiou um recorte teórico-metodológico articulado a dois pontos: a memória dos atores sociais e a fontes documentais produzidas naquele período e, aos estudos teóricos que se debruçaram sobre aspectos relacionados e/ou diretamente ligados ao processo histórico, educacional e político daquele período.<sup>3</sup>

O final da década de 1970 e toda a década de 1980 constituíram-se, não só no Brasil, mas em vários países latino-americanos, em tempo de lutas, esperanças e decepções na busca da construção de democracias efetivas. No caso brasileiro, face aos impasses que foram se apresentando frente a uma longa transição. Ainda que a década de 1980 tenha sido considerada por alguns teóricos como uma década perdida, não podemos ignorar as conquistas que a sociedade brasileira obteve no âmbito dos direitos democráticos naquele

---

<sup>3</sup> O presente estudo é fruto das investigações empreendidas no âmbito de três projetos de pesquisa desenvolvidos com o apoio da FAPERJ (APQ1/APQ3), CNPq (Universal) e UERJ (PROCIÊNCIA).

período. Tais conquistas remontam às lutas pela anistia dos exilados, conseguida no final dos anos 1970, às lutas das “diretas já”, às eleições de governadores em 1982, e, finalmente, a eleição direta para presidente em 1989. Mas a luta pelos direitos políticos se esvazia se não se consubstancia através dos direitos sociais: produção material digna, habitação, saúde, educação, cultura, transporte, lazer, arte, etc. Sem essas dimensões, não há efetiva liberdade e real cidadania.

Contudo, é no contexto da conquista do poder em nível estadual, por lideranças de oposição ao regime militar que se alargaram as possibilidades de propostas alternativas da questão pública nos âmbitos das necessidades populares. A ditadura deixou um perverso legado de uma minoria de brasileiros integrados ao capital transnacional e uma maioria submersa no desemprego ou subemprego, na subnutrição, nas doenças endêmicas, no analfabetismo, na falta de moradia, de transportes (Frigotto, 1991).

Paralelamente, podemos identificar, no campo específico da educação, que várias instituições e associações científicas foram se organizando na década de 1970 e 1980. Buscavam refletir o histórico impasse educacional do país e colaborar na luta pela conquista de direitos sociais básicos. Um exemplo desse movimento é a primeira Conferência Brasileira de Educação, realizada em São Paulo, de 31 de março a 3 de abril de 1981, apontando, em seu manifesto, o horizonte que os educadores buscavam construir: *nosso horizonte comum é a construção de uma educação democrática, de fato comprometida com os interesses da maioria de nosso povo, e não apenas a serviço das elites econômicas e culturais* (Faria, 1991, p. 14).

O que se observa é que a década de 1980 representou importantes mudanças no cenário político brasileiro, um o avanço na transição democrática, iniciada pelo Governo Geisel (1974-1979) e que culminou na destituição dos militares do poder, que exerciam desde o golpe de março/abril de 1964. A explicação da abertura política reside na confluência de duas dinâmicas básicas: uma dinâmica de negociação e pacto, conduzida pelas elites, e uma dinâmica de pressões e demandas irradiadas da sociedade, articuladas através de movimentos sociais e traduzidas por organizações políticas (Diniz, 1985).

A ascensão do general Geisel e o anúncio de seu projeto de distensão marcam o início de um novo período do governo militar-autoritário, uma fase que passaria a ser o ponto de partida do processo de democratização no Brasil. A revogação parcial da censura à imprensa e os sinais, por parte do governo, de valorização das eleições legislativas daquele

ano (1974), indicavam que as declarações do novo presidente eram algo mais do que promessas de retorno à democracia, tão frequentemente aludidas por seus antecessores na presidência. O modo como este projeto de *liberalização* foi conduzido e a dinâmica do processo político que acabou por levar à democracia foram, no entanto, marcados por muitas contradições.

Em um cenário político tão conturbado, outros setores sociais também foram amplamente atingidos, como no caso da Educação, em particular. O que o estudo evidencia é um momento de grande efervescência, da busca de novas propostas, de melhores condições estruturais das escolas, da reorganização sindical dos professores e de mudanças efetivas em relação ao acesso e permanência dos alunos.

Torna-se importante afirmar que em decorrência do processo de redemocratização que então se desenvolvia, os anos 1980 inauguram uma nova realidade no campo educacional, em razão da importância que a escola pública passou a ocupar nos discursos oficiais e partidários, isto, acreditamos, significa que a transição reforçou o valor social e político da educação.

Nesta perspectiva, observamos um fragmento do Manifesto da II CBE, no qual destacavam que:

[...] é exatamente este o novo desafio histórico: ao mesmo tempo em que reconhecemos estar no final de um ciclo em que o autoritarismo, o mandonismo e a falta de oportunidade de participação popular prevaleceram, é neste momento – e como fruto da nossa ação cotidiana de resistência, de protesto, de inconformismo – que são gestadas as condições para a construção da nova sociedade democrática (Anais da II CBE, 1982, p. 09).

O trecho acima aponta para o que se vivenciava naqueles primeiros anos da década de 1980, com a sensação de que o término definitivo do regime ditatorial estava prestes a acontecer, a sociedade e todos os seus setores ensaiavam novas formas de organização<sup>4</sup>. O processo de redemocratização, com vistas aos novos rumos políticos que o país tomava promovia na sociedade uma retomada da discussão acerca de vários temas inerentes a um país efetivamente democrático.

---

<sup>4</sup> Na área da educação, houve greve de professores da rede pública de ensino dos grandes estados. Foram criados a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), o Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CEDES) e a Associação Nacional de Educação (ANDE) e, em 1980 realizou-se a 1ª Conferência Brasileira de Educação (CBE) em São Paulo.

O fragmento do Manifesto aos participantes da II CBE<sup>5</sup>, redigido pela Comissão Coordenadora do evento, expressa parte do desafio que emergia junto a Democracia: *as condições para a construção da nova sociedade democrática (p.09)*. Ou seja, no caso específico da Educação: quais as condições necessárias para a construção de uma nação democrática? A comunidade educacional buscava a resposta para essa questão naquele momento.

A agenda para a Educação constituía-se de questões históricas, como a erradicação do analfabetismo, a ampliação de vagas de 1º e 2º graus<sup>6</sup>, melhorias das condições das universidades públicas, ampliação de cursos de formação de professores e, ainda, própria redemocratização da escola, ou seja, a recuperação do sentido republicano de escola – direito à educação de qualidade social para todos.

No Manifesto aos participantes da I CBE encontramos outra fala que nos remete para os futuros desafios que seriam enfrentados a partir daquele período:

Para conseguirmos participar das decisões da política educacional, não será suficiente tomarmos a palavra do Estado autoritário. É mister aprender a compartilhá-la com o maior número de pessoas possível. Se apenas soubermos falar aos nossos pares, podemos nos encontrar, no futuro, falando sozinhos. Essa ampliação do debate, esse fazer coletivo, é para nós um grande desafio. Envolve uma reaprendizagem da nossa parte. É sempre bom lembrar que nós, educadores-educandos, fomos formados por instituições autoritárias. O autoritarismo contra o qual lutamos está fora, mas também está dentro de nosso meio, com uma força escondida, mas ativa. Por isso, em encontros como este, frequentemente afloram o golpismo, o sectarismo ideológico, o faccionismo partidário e o estreitismo personalista. Para vencer esse inimigo interno, para ampliarmos o debate democrático, para efetivarmos uma prática coletiva, é preciso que nos reeduquemos (Anais do I CBE, 1981, p. 10).

Dois anos após a realização da I CBE, em 1982, se realizaram as eleições diretas para governadores em todo o país<sup>7</sup>. No Rio de Janeiro foi eleito Leonel de Moura Brizola, pelo

---

<sup>5</sup> A II Conferência Brasileira de Educação (II CBE) foi realizada de 10 a 13 de junho de 1982, em Belo Horizonte (MG), no campus da UFMG. O tema geral proposto foi Educação, perspectivas na Democratização da Sociedade. Nessa CBE, de acordo com a Comissão Coordenadora, inscreveram-se 1910 pessoas, apresentando uma frequência média de 2.200 participantes por dia, procedentes de todos os estados brasileiros e dos três níveis de ensino.

<sup>6</sup> Nomenclatura usada naquele período para designar ensino fundamental e médio.

<sup>7</sup> Em 1982, governos de oposição ao regime militar foram eleitos em dez estados da União: MG, SP, PR, PA, AM, AC, MT, GO, ES e RJ.

Partido Democrático Trabalhista (PDT)<sup>8</sup>, tendo como vice-governador o antropólogo Darcy Ribeiro, também secretário estadual de cultura e presidente do I PEE.

Diante das circunstâncias específicas que então caracterizavam o cenário político fluminense, durante aquelas eleições<sup>9</sup>, a questão que se destaca é a seguinte: como a cultura autoritária e as práticas político-clientelistas historicamente construídas impactaram as ações daquele governo? Portanto, nosso trabalho busca apontar também as tensões que permeavam a tessitura política que circundava o governado de Brizola, no momento de sua posse em março de 1983 e durante o seu mandato.

### **Cenários áridos, caminhos entrelaçados: o I Programa Especial de Educação (I PEE)**

Cabe ressaltar que o escândalo eleitoral ocorrido com o caso Proconsult, sinaliza as dificuldades que viriam a ser enfrentadas por aquela administração, resultantes da montagem da máquina política *chaguista* (Faria, 2011).

Segundo Amorim (2004),

[...] em 1982, no Rio, quase tomaram a eleição para governador de Leonel Brizola. Os militares, o SNI e a Polícia Federal escolheram a empresa Proconsult para apurar os votos e dar a vitória a Moreira Franco, candidato dos militares. As organizações Globo [...] prepararam a opinião pública para a Fraude (p. 19).

É necessário assinalar também a herança e os impasses do processo ainda inconcluso da Fusão (1975) dos estados da Guanabara (GB) e do antigo Rio de Janeiro. Paralelamente, o que se observa, é que o maior partido eleitoral na GB, de 1966 a 1978, será o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), legenda de grande apelo popular, que com a

---

<sup>8</sup> Na volta ao Brasil, Brizola dedicou-se à reorganização do PTB, tendo como oposição o general Golbery, o *ideólogo* da ditadura, contribuindo para que a antiga sigla do trabalhismo ficasse com o grupo de Ivete Vargas. Brizola criou, então, o Partido Democrático Trabalhista - PDT. Cf. Sistema Político Brasileiro: uma introdução, 2004.

<sup>9</sup> No dia 18 de novembro de 1982, devido à demora na divulgação dos resultados da eleição, em que era tido como vitorioso, Brizola procurou a imprensa internacional para denunciar uma suposta tentativa de fraude, declarando eleito o candidato do PDS, Moreira Franco. Brizola foi à sede da Rede Globo, exigindo espaço para falar. Ele via na emissora o braço direito da conspiração, pelo modo como desconheceu os resultados favoráveis a sua candidatura, veiculados pelo Jornal do Brasil e a Rádio Jornal do Brasil. Como se verificou depois, segundo denúncias que também partiram de funcionários da própria Rede Globo, as Organizações Globo, juntamente com o SNI, estavam envolvidos. Este fato mais tarde se tornou conhecido como a Operação Proconsult.

ascensão da corrente liderada por Chagas Freitas<sup>10</sup>, passa a conviver com a supremacia deste grupo, a partir das eleições de 1970.

Logo, discutir a importância das políticas educacionais empreendidas pelo I PEE, tendo a frente Darcy Ribeiro, exige um esforço de recuperação teórica e memorialística, em busca da gênese das diferentes concepções político-pedagógicas que irão travar um duelo, nos palcos do sistema público estadual de ensino.

Neste contexto de um passado ainda recente, lançamos um novo olhar sobre as percepções, às orientações ideológicas e as posições dos principais atores sociais que irão possibilitar um redesenho do quadro histórico-estrutural daquele momento, de retomada do processo democrático em âmbito nacional, objetivando desvelar o processo histórico de implantação dos CIEPs em meio às contradições políticas que irão caracterizar os últimos anos do Estado de exceção.

Torna-se importante ainda identificar os diferentes discursos que permeavam o meio acadêmico, visando analisar o pensamento educacional produzido pelas correntes político-ideológicas, que apoiaram ou rejeitaram o I PEE, buscando assim um entendimento mais amplo da gênese de tal rejeição (Faria, 2011).

Mignot (2004), por exemplo, adverte que os CIEPs teriam sido construídos, [...] *desordenada ou deliberadamente, em lugares de visibilidade estratégica*, representando assim, de acordo com a autora, *monumentos à educação, a um partido político e seus idealizadores (p. 203)*.

Enquanto Luiz Antônio Cunha (1994), em seu artigo *Zig-Zag no 1º grau: o Rio de Janeiro nos anos 80 -*, critica o projeto de Brizola/Darcy Ribeiro, alegando que, entre outros fatores, as teses do governo *foram prontamente rejeitadas pelos professores*, tendo então eclodido, *um longo e desgastante conflito entre os professores, dirigidos pelo CEP/RJ<sup>11</sup> e as administrações estadual e municipal (p. 22)*.

O mesmo autor, afirma ainda que:

---

<sup>10</sup> Antônio de Pádua Chagas Freitas (1914 -1991) foi jornalista e político brasileiro; governador da Guanabara (1971 a 1975) e do Rio de Janeiro (1979 a 1983). Seu nome deu origem ao termo *chaguismo*, que designou sua forma particular de utilizar a máquina pública estatal, praticamente dominou a política carioca e fluminense de 1970 a 1982. Cf. Chagas Freitas: perfil político, FGV/ALERJ, 1999.

<sup>11</sup> O Centro Estadual de Professores (CEP/RJ), atual SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação) havia sido fechado no governo Chagas Freitas, durante a greve de professores de 1979, tendo então sido reaberto pelo governador Leonel Brizola.

[...] apesar da insuficiência no atingimento das metas educacionais e das fortes críticas recebidas dos educadores e dos movimentos dos professores, os CIEPs provaram seu elevado rendimento eleitoral Brasil a fora. Vários candidatos a governador prometeram fazer o mesmo em seus estados (1994, p. 24).

No campo específico da História da Educação, Xavier (2001) argumenta em *Inovações e (des) continuidades na política educacional fluminense (1975-1995)*, que apesar das críticas e dificuldades encontradas, a proposta educacional do PDT *contou com a adesão de vários professores, assim como obteve a simpatia de boa parte da população fluminense* (p.137).

Xavier (2001) explicita ainda determinados aspectos da polêmica que envolve os CIEPs, concluindo que o “apelido” de brizolão, só fez acirrar os argumentos da oposição, embora tenha sido *automaticamente incorporado ao marketing construído em torno da figura do governador e do principal formulador do PEE, Darcy Ribeiro* (Idem, p. 135). Ainda segundo Xavier (2001), outro aspecto deve ser considerado, (...) *a estridente reação contrária às escolas públicas de tempo integral revelava, entre outros aspectos, o preconceito ancestral que as elites brasileiras nutriam para com os setores populares* (Idem, p. 134)

Portanto, o que está em jogo são visões ideológicas bastante distintas, a respeito do papel e da função da escola pública/republicana. Tais concepções diversas do pensamento político-pedagógico nos remetem à pertinência e a importância de pesquisas acerca da história das idéias e práticas republicanas, intentando examinar e identificar as referências conceituais que irão originar o atual modelo de escola pública no Brasil e em particular, a “arqueologia” da escola fluminense pós-Fusão (1975).

Enfim, como se configura a arqueologia das identidades da Guanabara e do estado do Rio, no momento da construção histórico-processual da Fusão e, em seguida, durante o governo de Brizola, de 1983 a 1986?

Nesta perspectiva, Diniz (1982), alerta para o fato de que,

[...] o clientelismo adquire, assim, legitimidade para todos os atores envolvidos na relação, uma vez que o atendimento às necessidades em termos de serviços públicos não é encarado como um direito e uma prerrogativa da cidadania (p. 123).



Se considerarmos a visão de Diniz (1982), uma simples matrícula na escola pública torna-se fator de barganha política, na medida em que a precariedade da ação governamental facilita e estimula o esquema de troca de favores (Faria, 2011).

Tais práticas vieram cristalizar ainda mais a alta estabilidade da elite parlamentar *chaguista*, (...) *o papel do político inserido no legislativo municipal ou estadual torna-se tanto mais visível e valorizado, quanto maior a lacuna da administração local em termos de prestação de serviços básicos à população* (Idem, p. 122).

É preciso focar também como se enraizou o processo de tessitura das relações do compadrio e do favor, em todo o território fluminense, minando as bases políticas necessárias à consolidação do processo democrático e, por sua vez, solapando assim os alicerces do I PEE.

Logo, discutir e analisar as novas políticas públicas educacionais, consideradas a principal prioridade do governo Brizola (1983-1986), demarcam um objetivo teórico no sentido de recuperar aquele cenário político estadual e nacional, estabelecendo um fio condutor entre fatos de uma história ainda do tempo presente.

Assim sendo, o recorte teórico destaca a conjuntura política herdada pelo governador Brizola, durante o processo eleitoral no ato da sua posse em 1983 e, nos futuros embates ocorrido ao longo do primeiro mandato (1983-1986). Buscando sempre os sentidos e significados que irão demarcar o pensamento educacional da administração brizolista.

Apesar das críticas à ideia dos CIEPs, segundo apontam os estudos de Xavier (2001), as práticas políticas do governo Brizola vinham confrontar as ações *chaguistas*. A tônica *brizolista* se voltava para

[...] o lento processo de restauração dos direitos democráticos da população, sinalizando ainda para a [...] precária integração da escola (e de outras agências sociais) com a comunidade, em virtude da acomodação e da autossuficiência que acabavam dando lugar ao tráfico de influência, ao clientelismo e à corrupção (p. 131).

O registro desta história, ainda recente, com suas tensões e contradições, pode facilitar o entendimento da atual crise do sistema estadual público de ensino, na medida em que a memória coletiva se efetiva tanto como instrumento de poder, como enquanto invenção e identidade humana. Ao mesmo tempo, o olhar teórico sobre as percepções, orientações ideológicas e posições dos principais atores da política partidária fluminense,

irão nos possibilitar a recuperação crítica daquele quadro histórico-estrutural dos anos 80, assinalando as principais influências presentes no imaginário do cotidiano das escolas públicas daquele estado.

Voltando para os apontamentos de nossa caminhada, cabe trazer a fala de Florestan Fernandes, quando afirma que a *história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que “fecham” ou “abrem” os circuitos da história.* (Fernandes, 1997, p. 05)

Pensando nesses circuitos que *abrem* ou *fecham* a História, *emerge parte dos nossos instrumentos*, ou seja, o suporte que nos ajuda a trabalhar o tema, assim é importante que explicitemos o lugar ocupado pelo objeto em análise, no âmbito dos estudos da história e da história da educação.

É em um contexto de agitação e de *mudança* que toma posse o governador eleito no estado do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola. O homem das *brizoletas*<sup>12</sup> assume o governo para começar a *brizolar*, indica a manchete da *Revista Isto É* de março de 1983. Tendo como principal plataforma política a Educação, no discurso de posse indicava que:

Povo algum conseguirá atingir qualquer grandeza, nem sequer tocar no que chamamos de desenvolvimento, enquanto não tratar com a mais alta prioridade desta questão, através de educação e assistência às crianças desde o ventre da mãe, aos adolescentes e aos jovens, de tal modo que a população se eleve globalmente.<sup>13</sup>

Com a sua política educacional impregnada por essa visão, cria a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura<sup>14</sup>, integrada pelas Secretarias de Educação do Estado e do Município e presidida pelo antropólogo Darcy Ribeiro<sup>15</sup>. O objetivo da Comissão<sup>16</sup> era formular e orientar a execução de toda a política educacional do estado.

---

<sup>12</sup> Cf. QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)**. Santa Maria: UFSM, 2003.

<sup>13</sup> Leonel Brizola, discurso de posse, **Diário Oficial do Rio de Janeiro**, 17 de Março de 1983, p. 3, p. 2.

<sup>14</sup> Regida pela Lei nº 705, de 21 de dezembro de 1983.

<sup>15</sup> Darcy Ribeiro acumulava os cargos de vice-governador, secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia.

<sup>16</sup> Para a implantação do projeto dos CIEPs foram criadas coordenações, que ficaram responsáveis pelas obras, pelo trabalho pedagógico e pela administração. Além disso, foram criadas equipes pedagógicas que coordenaram e desenvolveram os seguintes programas: material didático, treinamento de pessoal, cultura e

De acordo com Ribeiro (1986),

[...] A escolha da educação como prioridade fundamental responde à ideologia social-democrata do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola [...] a escolha da educação como meta prioritária decorreu também do fato da maior parte, das áreas de ação governamental estar (sic) na órbita do Poder Federal, enquanto as escolas públicas de 1º e 2º graus estão na jurisdição dos governos estaduais e municipais. Leonel Brizola tomou várias medidas [...] reconstrução da rede escolar [...], a transformação da merenda escolar [...]; e, ainda, o transporte gratuito de alunos [...]. O grande feito [...] foi elaborar o Programa Especial de Educação com a participação de todo o professorado do Rio de Janeiro (p. 86).

Dentre as metas do I PEE se definia a construção dos CIEPs, que posteriormente ficaram conhecidos como *Brizolões*, com previsão de atendimento a 1000 crianças em horário integral. No período noturno,

[...] o Brizolão se abre para 400 jovens de 14 a 20 anos, analfabetos ou insuficientemente instruídos. Cada Brizolão abriga 12 meninos e 12 meninas escolhidos entre crianças abandonadas e que estejam sob a ameaça de cair na delinquência (Idem, p. 17).

Deste modo, inauguravam-se as bases para a elaboração e implementação do I Programa Especial de Educação (I PEE). O I PEE visava diferentes ações, buscando atender uma tríade de demandas da população: Educação, Saúde e Cultura. E diferentemente do que muitas vezes foi difundido, o CIEP não era o único projeto educacional daquela administração, mas sim, parte de um conjunto de ações políticas implantadas, o PEE, *portanto, considerando seu formato original, não poderia ser confundido com o CIEP. Extravasava em muito os limites de uma escola, ainda que pensada na forma de monumento* (Bomeny, 2007).

A professora Heloisa Menandro, da SME/RJ, tece as seguintes considerações sobre o projeto educacional do governo Brizola:

Ele veio com duas características que, a meu ver, o distinguiram bastante. A primeira, o caráter político. Quer dizer, todo projeto de educação é político, mas eu acho que ele veio como o primeiro projeto político de educação realmente sério - sério no sentido de ter uma perspectiva muito além dos

---

recreação, assistência médico-odontológica, alunos-residentes, educação juvenil, estudo dirigido e biblioteca e, alunos-rematentes (Ribeiro, 1986).

limites propriamente da escola e daquele círculo que ele pretendia cobrir com aquela escolaridade. Mas ele tinha um objetivo político intencional de uma monta muito maior. [...] era um projeto que visava, intencionalmente, da parte do governo [...] a mudar uma geração. O estado seria, vamos dizer assim, um exemplo, e ele tinha uma perspectiva de estender isso ao país.<sup>17</sup>

Ao longo da pesquisa, o que se observa independente de ser um projeto controverso e polêmico, e independente da sua afeição pedagógico-filosófica, o PEE estava atrelado a duas figuras controversas do cenário político-partidário brasileiro - Brizola e Darcy. Vale assinalar que projetos político-partidário/sociais em disputa pela hegemonia, de *direita* e *esquerda*, digladiavam-se por espaço/poder, e tanto Darcy<sup>18</sup> quanto Brizola representavam uma determinada concepção política. Imerso neste ambiente, o CIEP é implantado, ora conclamado ora rechaçado. Inaugura-se junto ao primeiro CIEP um debate extenso, duradouro e polêmico: *escola - salvadora versus escola-monumento*.

Segundo Xavier (2001), os CIEPs não se limitavam *apenas ao aprendizado dos conteúdos escolares formais, mas abrangia a formação integral dos educandos, promovendo o seu desenvolvimento intelectual, artístico, moral e cívico* (p. 133). Continuando, analisa que o I PEE se embasava em duas visões pedagógicas, a da *experiência escolanovista, que daria ao projeto um tom liberal, e a experiência com educação popular dos anos 1960* (p. 133), o que na opinião da pesquisadora, conferia *ao projeto um caráter mais progressista e libertário* (p. 134).

Do ponto de vista da escola pública, enquanto espaço/marca privilegiada do projeto republicano, Xavier (2001) acredita que a *fisionomia dos CIEPs causou um grande impacto na opinião pública. Projetados em linhas arrojadas por Oscar Nyemeyer, os CIEPs se destacavam por encarnarem um novo/moderno futurista tipo de escola* (p. 133).

No entanto, ao final do primeiro governo Brizola, o que se conclui é que mais uma vez o *mito da escola pública para todos* permaneceu inconcluso, para os setores menos privilegiados da população fluminense.

---

<sup>17</sup> Depoimento de Heloisa Menandro a Helena Bomeny em 19 de setembro de 2006. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.

<sup>18</sup> Darcy Ribeiro, acumulava em 1983 os cargos de vice-governador, secretário de Ciência e Cultura e chanceler da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## Considerações finais

[...] porque a escola pública se tornou o gueto das crianças pobres do Rio de Janeiro (e do país)? Porque ela deixou de ser um elemento de democratização e de convivência multirracial, plurissocial. Estamos nos defrontando com duas nações e, aqui, no Rio de Janeiro, com várias repúblicas. As elites têm de se conscientizar de que prepararam essas duas nações. (Maria Yedda Linhares, 1991).

Os CIEPs se inspiraram em ideais progressistas e visavam oferecer uma educação transformadora da sociedade. Para tal, deveria ser uma nova escola, diferente da tradicional escola pública brasileira reproduzida historicamente pelos setores sociais privilegiados.

O momento social que os gerou pedia medidas que combatessem a fome, a desnutrição infantil, a ociosidade dos meninos de rua, o analfabetismo, a evasão e a repetência escolar e, também a delinquência e a marginalidade infantil, principalmente nos centros urbanos. O programa inspirado em Anísio Teixeira foi construído visando atender estas questões. Assim sendo, a principal intenção era prestar assistência social ao aluno e suas famílias: criança o dia todo na escola e fora da rua, alimentação balanceada e completa, atendimento odontológico e médico preventivo, alunos residentes na escola, concessão de material e uniforme escolar para as crianças matriculadas.

Os CIEPs implantados por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, do Partido Democrático Trabalhista – PDT transformaram-se em carro-chefe dos governos brizolistas no Estado do Rio de Janeiro, mas também foram utilizados por outros partidos que pretendiam vencer as eleições neste Estado e também no Brasil, tornando-se assim uma espécie de outdoor político.

Por outro lado, a educação oferecida pelos CIEPs propunha a contextualização do saber universal sistematizado e o respeito à cultura popular do aluno, ênfase na educação democrática e cidadã. Nesta proposta, o papel da escola seria o de oferecer oportunidades e iguais condições a todas as crianças, sem reproduzir a estratificação da sociedade. Para tanto, os menos favorecidos deveriam ter prioridade.

Portanto, o que se observa é que o atendimento dos CIEPs para a camada pobre e marginalizada da população, da forma como foi executada, foi o deflagrador da grande resistência analisada neste trabalho. O discurso que exaltava a educação das camadas

populares e sua relevância social, contraditoriamente, acaba por reproduzir o estigma contra a pobreza e reforça sua marginalização.

Apesar de seus dirigentes e implantadores afirmarem que a rejeição não foi pelas escolas, mas sim, pela simples oposição política a Brizola e proveniente de alguns acadêmicos, que visavam também uma oportunidade de projeção, os CIEPs foram rejeitados e difamados muitas vezes, também por parte da população. Mães não queriam seus filhos estigmatizados de marginais, nem tão pouco de pobres que não tinham o que comer. O nome CIEP passou a ser sinônimo de criança desamparada, desnutrida, delinquente, pobre e negra.

Apesar de toda a polêmica levantada com a implantação dessas escolas de tempo integral, não se pode deixar de afirmar que, como iniciativa na área pública, imprimiu marcas na escola fluminense. A construção de centenas de escolas em curto espaço de tempo, que ofereciam oito horas diárias de atividades com os alunos e eram mantidas pelo poder público, atingiu milhares de pessoas, alterou rotinas e concepções e criou uma possibilidade real, após anos, de outro sistema público de escolas.

Hoje se percebe uma tendência ao aumento da permanência diária do aluno na escola, conforme previsto na legislação vigente, principalmente nas particulares, mas também existem iniciativas de governos municipais que já estão implantando o tempo integral nas suas redes escolares. Talvez, a tendência do momento seja a de revitalizar a função social da escola, considerando que os pais precisam trabalhar e não têm onde deixar seus filhos. Desta forma, a escola cumpriria a função de formá-los, muitas vezes, em substituição à própria família, cada vez mais fragilizada e ausente devido às novas exigências do mundo contemporâneo.

Ao longo da presente investigação, podemos assinalar que o cenário que viu surgir o I PEE estava permeado de mudanças e contradições. Os atores presentes no palco dos acontecimentos naquele momento disputavam o poder e espaço no novo quadro político que começava a ser desenhado no período de redemocratização.

A escola imersa nesse processo se viu novamente protagonista de novas propostas e como um lugar de refundação da República. Naqueles mesmos anos, a professora Maria Yedda Linhares se perguntava ao rememorar a história do Brasil recente: *Que Brasil se*

*deseja construir?*<sup>19</sup> Tal pergunta aponta para as questões tratadas neste estudo. Ou seja, que sociedade desejamos legar para as gerações futuras? Qual é o projeto de educação desejável para o desenvolvimento do país? Quais as prioridades sociais e educativas tem o Brasil? E que marcas e permanências aquele projeto imprimiu na sociedade brasileira e fluminense? Perguntas sem respostas definitivas.

Cabendo somente salientar que sem a pretensão de apresentar conclusões fixas, buscamos apenas apontar algumas considerações que acreditamos que possam contribuir para a reflexão em torno da temática pesquisada.

Pelo exposto, fica evidenciado que as questões analisadas continuam em aberto, pensar o lugar ocupado pelos CIEPs e pela proposta educacional brizolista naquele período e, as relações que se estabeleceram a partir dessa experiência necessitam ainda de muitos apontamentos

## Referências

AMORIM, Paulo Henrique, PASSOS, Maria Helena - **Plim-Plim: A pelega de Brizola contra a fraude eleitoral**. São Paulo: Conrad Editora, 2005.

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla. Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BEISIEGEL, C.. **Educação e sociedade no Brasil após 1930**. In: FAUSTO, Boris (org.). Historia geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. SP: Difel, 1982.

BOMENY, H. **Salvar pela escola: Programa especial de educação**. In: Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 55, 2007, pp. 41-67

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, (1982). Anais da II CBE. São Paulo: Diniz (Belo Horizonte, 10 a 13 de abril de 1982).

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 2ª edição. SP: Cortez; Niterói; RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1995.

FARIA, L. CIEP: **A Utopia Possível**. São Paulo: Livros Tatu, 1991.

---

<sup>19</sup> Ver A deformação da história ou Para não esquecer. J. L. Werneck da Silva Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1985.

\_\_\_\_\_. **Chaguismo e o brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense.** Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

FOLHA DIRIGIDA - **Entrevista** publicada no Caderno Educação p. 28 em 11/11/03.

MENANDRO, H. **Depoimento a Helena Bomeny em 19 de setembro de 2006.** Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2006.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **CIEP - Centro Integrado de Educação Pública: alternativa para a qualidade do ensino ou nova investida do populismo na educação?** Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado), PUC-RJ, 1988.

O GLOBO. **Cieps 21 anos.** Rio de Janeiro: 28 de maio a 4 de junho de 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPS.** Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

ROCHA, Dora. **Entrevista com Maria Yedda Linhares.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 216-236.

XAVIER, Libânia. **O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/Inep/MEC (1950-1960).** Bragança Paulista: Ifan/ Cdaph/Edusf, 2000.